



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL

Relatório de Análise Gerencial da Estratégia

Justiça Federal - 5ª Região

Coleta de indicadores

Ano de 2012

Sumário

1. APRESENTAÇÃO3
2. VISÃO DE FUTURO4
3. PERSPECTIVA SOCIEDADE6
4. PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS7
5. PERSPECTIVA RECURSOS42
6. PAINEL DE DESEMPENHO DE INDICADORES – 5ª REGIÃO53
7. CAMINHO CRÍTICO – 5ª REGIÃO57
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS58

1. Apresentação

Este Relatório de Análise Gerencial da Estratégia da Justiça Federal da 5ª Região está estruturado em conformidade com a Metodologia de Planejamento e Gestão da Estratégia da Justiça Federal. Encaminhado as Seccionais da 5ª Região, para fins de manifestação, principalmente quanto aos indicadores associados aos objetivos estratégicos do caminho crítico, recebemos informações de realização de reuniões de análise da estratégica nas Seções Judiciárias do Ceará e de Sergipe. Assim sendo, o presente relatório incorpora, inclusive, as sínteses das reuniões ocorridas nas Seções Judiciárias do Ceará e de Sergipe, bem como do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

2. Visão de futuro

Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica até 2014.

Indicador:

1 - Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TAMJF = \frac{MAJF}{TMJF} \times 100$$

Onde:

TAMJF = Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal;

MAJF = Metas do PEJF alcançadas;

TMJF = Total de metas do PEJF.

1. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012
	Acumulado jan/dez
Metas do PEJF alcançadas	16
Total de metas do PEJF	21
REALIZADO	76,2%
META	100,0%
DESEMPENHO	76,2%
SEMÁFORO	

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

Para o cálculo do desempenho do índice em exame deveriam ser considerados trinta e três (33) indicadores vinculados aos objetivos estratégicos do PEJF. Porém, em 2012, somente vinte e um (21) indicadores estratégicos tiveram suas variáveis coletadas pela JF5.

Dessa maneira, dos doze (12) índices que não houve possibilidade de mensuração dos seus resultados pela JF5, sete (7) dependem da atuação do CJF na sua coleta ou necessitam de aplicação de pesquisa a ser realizada neste ano e no exercício vindouro. São eles:

Indicador 2: Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão).

A pesquisa de satisfação dos usuários da Justiça Federal está prevista para ser realizada no presente exercício. Para tanto, está sendo criado grupo de trabalho integrado por representantes dos TRFs e do CJF, com atribuição de elaborar e implantar o Projeto de Pesquisa de Satisfação 2013, bem como analisar os resultados por ela produzidos;

Indicador 3: Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal.

Pesquisa a ser realizada pelo CJF em 2014;

Indicador 5: Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais.

A coleta deverá ser procedida pela AGE Nacional;

Indicador 8: Taxa de efetividade do acesso à justiça.

Pesquisa a ser realizada em 2014;

Indicador 9: Taxa de serviços judiciais definidos na carta de serviços da JF disponíveis via web.

Será coletado em 2013;

Indicador 23: Taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização.

As variáveis do índice serão coletadas pelo CJF; e,

Indicador 32: Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade.

Em fase de aprimoramento pelo CJF.

Quatro (4) índices, quais sejam: 26 (Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas), 27 (Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas), 33 (Taxa de previsão orçamentária, destinada aos projetos estratégicos, garantida) e 34 (Taxa de execução orçamentária-financeira dos projetos em relação ao planejada), não foram mensurados, até a finalização da elaboração deste relatório, pois as variáveis apresentam ainda grandes dificuldades de coletas.

Finalmente, em relação ao Indicador 4 (Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidas para a Justiça Federal) foi deliberado pelo Comitê Gestor de PEJF, em reunião ocorrida em 15/04/2013, a sua exclusão.

Do total de vinte e um (21) indicadores mensurados, no exercício de 2012, a Justiça Federal da 5ª Região alcançou quinze (16) metas fixadas, resultando em uma taxa de 76,2% de metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal atingidas.

3. Perspectiva Sociedade

Objetivo estratégico: Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

Descrição do objetivo: Prestar serviços jurisdicionais de qualidade, de forma rápida, acessível e efetiva, com segurança jurídica e transparência, na busca da satisfação dos jurisdicionados da Justiça Federal.

Indicador:

2 - Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão).

A pesquisa de satisfação dos usuários da Justiça Federal está prevista para ser realizada neste ano. Para tanto, foi criado grupo de trabalho integrado por representantes dos TRFs e do CJF, com atribuição de elaborar e implantar o Projeto de Pesquisa de Satisfação 2013, bem como analisar os resultados por ela produzidos.

Análise do objetivo:

O alcance do objetivo estratégico será mensurado através da aplicação de instrumento de pesquisa de investigação acerca da satisfação dos usuários/cidadãos em relação aos serviços jurisdicionais prestados pela Justiça Federal.

Nesse sentido, foi criado grupo de trabalho integrado por representantes dos TRFs e do CJF, com atribuição de elaborar e implantar o Projeto de Pesquisa de Satisfação 2013, bem como analisar os resultados por ela produzidos.

4. Perspectiva Processos Internos

Tema: Alinhamento e integração

Objetivo estratégico: Assegurar a atuação sistêmica na Justiça Federal.

Descrição do objetivo: Garantir que os sistemas organizacionais da Justiça Federal atuem de forma integrada e colaborativa, por meio da uniformização de procedimentos, padrões, metodologias, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional, conforme preconiza a Lei n. 11.798/2008.

Sistemas organizacionais regulamentados:

Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas; Planejamento e Orçamento; Desenvolvimento Institucional; Obras; Informação e Documentação; Controle Interno; Estatística; Comunicação; Escolas da Magistratura.

Indicadores:

3 - Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal.

Pesquisa a ser realizada pelo CJF em 2014.

4 - Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidas para a Justiça Federal.

O Comitê Gestor do PEJF deliberou, em reunião ocorrida em 15/04/2013, pela exclusão do índice do portfólio de indicadores.

5 - Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais.

A coleta deverá ser procedida pela AGE Nacional.

Análise do objetivo:

As iniciativas locais/regionais “Padronização de termos de referência, projetos básicos e editais de licitação”, “Sistema de Planejamento da execução orçamentária da JF5” e “Compras Integradas” são as contribuições da Justiça Federal da 5ª Região encaminhadas a AGE Nacional para constar no Portfólio de Projetos Estratégicos alinhadas ao objetivo em exame.

Tema: Acesso à justiça

Objetivo estratégico: Facilitar o acesso à justiça.

Descrição do objetivo: Garantir o amplo acesso ao maior número de cidadãos à resolução de conflitos.

Indicadores:

6 - Taxa de implantação de varas.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TIV = \frac{NVI}{NVP} \times 100$$

Onde:

TIV = Taxa de implantação de varas prevista para o período;

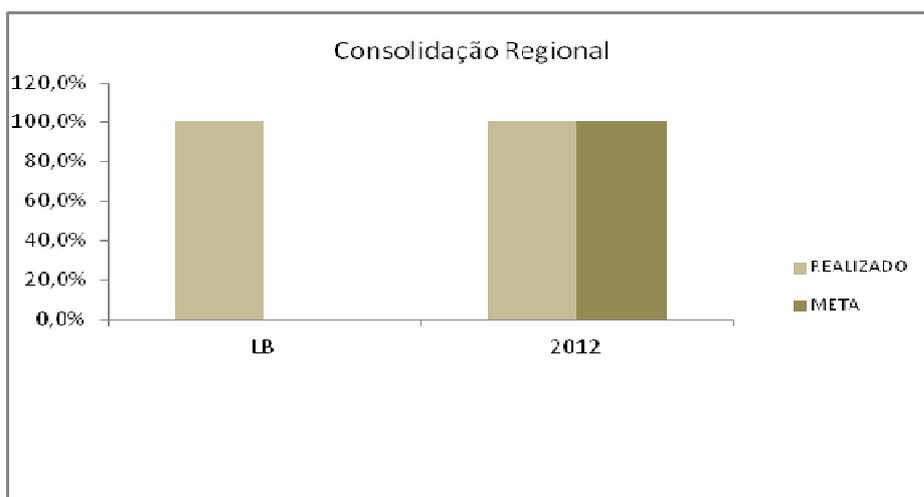
NVI = Número de varas implantadas no período;

NVP = Número de varas previstas para implantação no período.

1. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012
		Acumulado jan/dez
Número de varas implantadas no período	9	10
Número de varas previstas para implantação no período	9	10
REALIZADO	100,0%	100,0%
META		100,0%
DESEMPENHO		100,0%
SEMÁFORO		●

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

A JF5 está executando as disposições da Lei nº 12.011/2009, bem como do cronograma de instalação de varas federais aprovado pela Resolução nº 102, de 14 de abril de 2010 e atualizado através da Resolução nº 167, de 23 de novembro de 2011, ambas do Conselho da Justiça Federal.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

O projeto "Implantação das 230 varas federais estabelecidas na Lei nº 12.011/2009" é suficiente para o alcance da meta, devendo ser mantido.

7. Taxa de nomeação de cargos vagos de magistrados.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TNM = \frac{NNE}{NNP} \times 100$$

Onde:

TNM = Taxa de nomeação de magistrados

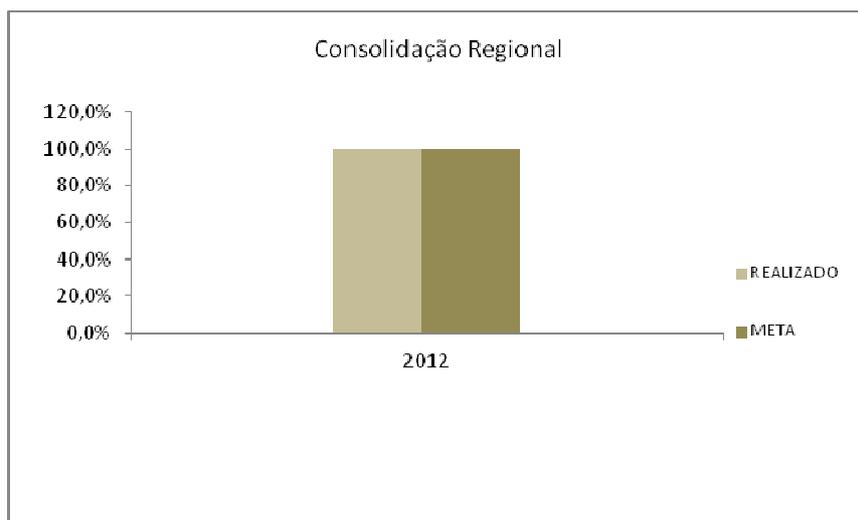
NNE = Nº de nomeações efetivadas;

NNP = Nº de nomeações previstas.

1. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012
	Acumulado jan/dez
Nº de nomeações efetivadas	16
Nº de nomeações previstas	16
REALIZADO	100,0%
META	100%
DESEMPENHO	100,0%
SEMÁFORO	●

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

A JF5 está executando as determinações da Lei nº 12.011/2009 (Dispõe sobre a criação de 230 (duzentas e trinta) Varas Federais, destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País, e dá outras providências.), bem como da Lei 12.665/2012 (Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais; cria os respectivos cargos de Juízes Federais; e revoga dispositivos da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001).

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Foram implementadas as ações necessárias a nomeação de cargos vagos de magistrados.

8 - Taxa de efetividade do acesso à justiça.

Será realizada pesquisa específica com os usuários-cidadãos diretos e interessados, acerca do acesso à Justiça Federal, prevista para acontecer em 2014.

9 - Taxa de serviços judiciais definidos na carta de serviços da JF disponíveis via web.

O indicador será coletado em 2013.

Análise do objetivo:

O projeto de “Implantação das 230 varas federais estabelecidas na Lei nº 12.011/2009” é significativo no sentido de proporcionar maior acesso dos cidadãos à Justiça Federal.

Por outro lado, em relação ao efetivo peticionamento eletrônico ocorrido na Justiça Federal da 5ª Região, no exercício de 2012, verificamos que do total de casos novos, 437.060 processos distribuídos nas instâncias da JF5, 324.495 feitos ingressaram através de peticionamento eletrônico, resultando em um Índice de Processos Eletrônicos (ProcEI) - relação entre os processos distribuídos de forma eletrônica e o total de processos ingressados - de 74,9%

A iniciativa local/regional “Expedição, via web de certidão regional positiva/negativa Cível, Penal, Fiscal e Eleitoral” é a contribuição da Justiça Federal da 5ª Região encaminhada a AGE Nacional para constar no Portfólio de Projetos Estratégicos alinhada ao objetivo em exame, sendo que está dependendo de ações do CJF para sua efetiva execução.

O objetivo estratégico em exame encontra-se atualmente com semáforo verde, tendo dois índices com meta 100% realizada.

Tema: Eficiência operacional.

Objetivo estratégico: Agilizar os trâmites judiciais.

Descrição do objetivo: Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais pendentes a fim de assegurar a razoável duração do processo.

Indicadores:

10 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TCC_{1^{\circ}} = 1 - \frac{TBaix_{1^{\circ}}}{(CnC_{1^{\circ}} + CpC_{1^{\circ}})}$$

Onde:

TCC_{1º} = Taxa de congestionamento na fase de conhecimento de 1º grau;

TBaix_{1º} = Total de processos judiciais baixados de 1º grau;

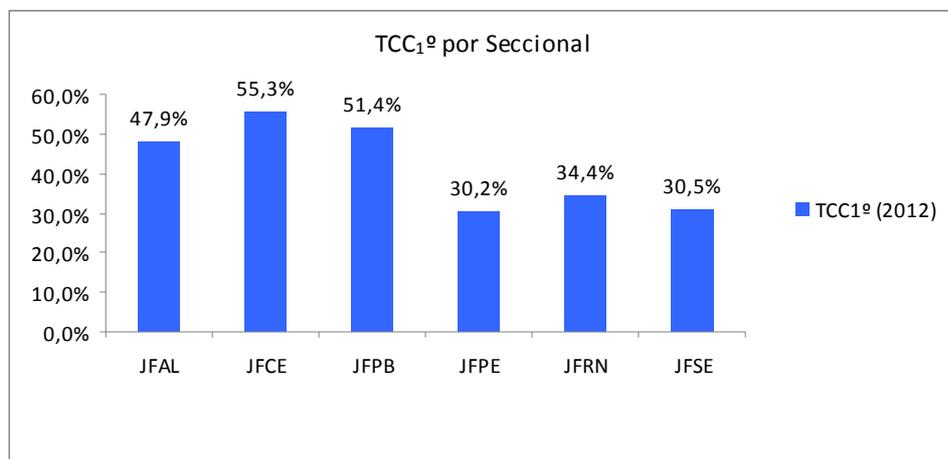
CnC_{1º} = Casos novos de conhecimento de 1º grau;

CpC_{1º} = Casos pendentes de conhecimento de 1º grau.

1. Desempenhos por Seccionais.

	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
Total de processos judiciais baixados de 1º grau	3.810	9.949	7.092	13.146	7.767	3.633
Casos novos de conhecimento de 1º grau	2.895	7.282	4.945	7.559	4.205	2.710
Casos pendentes de conhecimento de 1º grau	4.413	14.959	9.661	11.270	7.633	2.519
Realizado	47,9%	55,3%	51,4%	30,2%	34,4%	30,5%
Meta	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%	56,0%
Desempenho	118,5%	101,7%	110,4%	158,7%	149,1%	157,9%
Semáforo	●	●	●	●	●	●

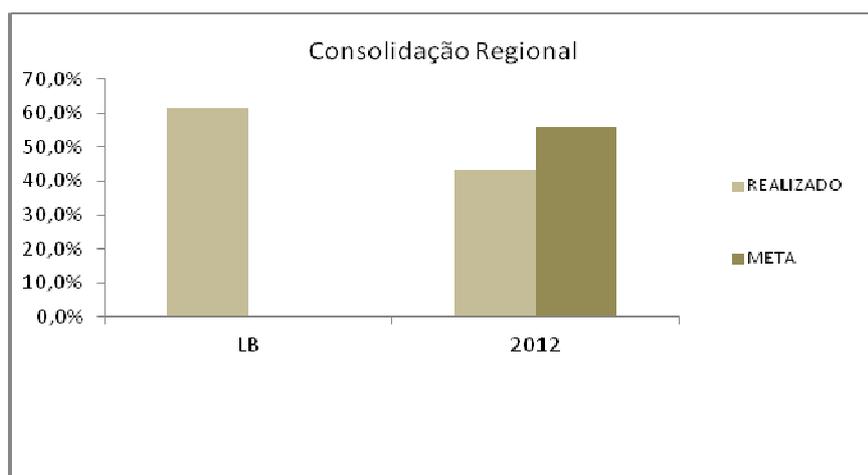
2. Gráfico dos desempenhos das Seccionais.



3. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012
		Acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados de 1º grau	37398	45.397
Casos novos de conhecimento de 1º grau	33548	29.596
Casos pendentes de conhecimento de 1º grau	64227	50.455
REALIZADO	61,8%	43,3%
META		56,0%
DESEMPENHO		128,9%
SEMÁFORO		●

4. Gráfico da consolidação regional.



5. Análise do resultado do indicador.

Em 2011, a TCC_{1º} alcançou o percentual de 61,8%, conforme verificado no resultado do índice realizado na linha de base (LB).

No ano de 2012, podemos inferir que a Justiça Federal de 1º Grau da 5ª Região, em relação à fase de conhecimento, conseguiu finalizar com agilidade uma parte de seu acervo de processos (número de casos novos ingressados no período acrescidos dos casos pendentes de baixa de anos anteriores), reduzindo, dessa maneira, sua taxa de congestionamento para 43,3%.

Note-se que o resultado obtido no índice, no presente exercício, é mais satisfatório quando comparamos à meta estabelecida (56%) e, inclusive, em relação à meta fixada para o final do período do planejamento estratégico (50%).

De posse do desempenho das Seccionais vinculadas a 5ª Região, verificamos que a Justiça Federal de Pernambuco exibe a menor taxa de congestionamento (30,2%), sendo que a Justiça Federal do Ceará apresenta o maior congestionamento (55,3%).

Além disso, a JFCE lidou com um estoque (CnC1º + CpC1º) de 22.241 processos, enquanto que a JFPE trabalhou com 18.829 feitos, no ano de 2012, representando, juntas, um percentual de 51,30% do estoque total da JF5 no período, correspondendo a 27,78% da JFCE e a 23,52% da JFPE. No entanto, a JFPE foi responsável por 28,96% do total de baixados no ano de 2012, enquanto que a JFCE alcançou 21,92%.

Vale destacar que quanto menor a taxa de congestionamento mais eficiente à atuação dos atores organizacionais, no cumprimento da meta vinculada ao objetivo estratégico.

Em suma, em conformidade com a metodologia de Planejamento e Gestão da Estratégia da Justiça Federal, em especial em relação à etapa “Gerenciar a Estratégia”, a Corregedoria-Regional da JF5 definiu os ajustes necessários nas metas da TCC_{1º}, fixando em 40% a meta para o ano de 2013, e 37% para 2014, conforme quadros abaixo:

METAS TCC _{1º} RESOLUÇÃO Nº 194-CJF		METAS TCC _{1º} CORREGEDORIA-REGIONAL	
2013	52%	2013	40%
2014	50%	2014	37%

6. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. Trata-se de indicador recepcionado do Sistema “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça, com coletas semestrais.

11 - Taxa de processos de conhecimento no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPC1º J = \frac{NPPUJ}{NPND} \times 100$$

Onde:

TPC1ºJ = Taxa de processos de conhecimento no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano;

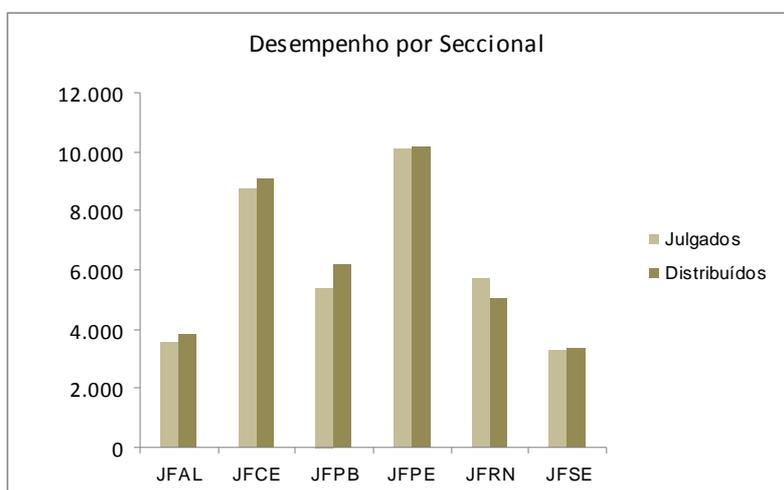
NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento;

NPND = Número de processos novos distribuídos.

1. Desempenhos por Seccionais.

	JFAL	JFCE	JFPB	JFPE	JFRN	JFSE
Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento	3.572	8.738	5.395	10.127	5.760	3.327
Número de processos novos distribuídos	3.809	9.092	6.189	10.154	5.061	3.352
Realizado	93,8%	96,1%	87,2%	99,7%	113,8%	99,3%

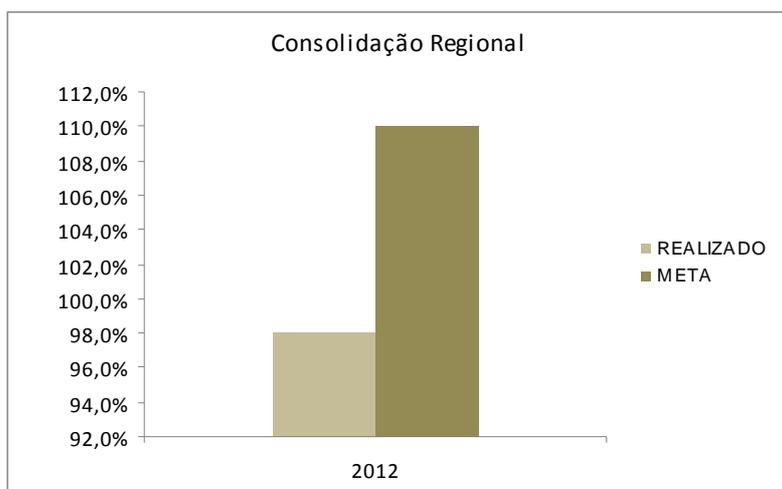
2. Gráfico dos desempenhos das Seccionais.



3. Desempenho regional.

Período de coleta de dados	2012
	Acumulado jan/dez
Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento	36.919
Número de processos novos distribuídos	37.657
REALIZADO	98,0%
META	110,0%
DESEMPENHO	89,1%
SEMÁFORO	●

4. Gráfico da consolidação regional.



5. Análise do resultado do indicador.

O índice pretende mensurar no 1º grau a relação percentual entre a quantidade de processos de conhecimento que receberam primeiro ou único julgamento e o quantitativo de processos distribuídos no ano, enfatizando a redução do estoque de processos.

O caso em exame diz respeito à meta 1/2012, acompanhada pelo CNJ, cuja descrição é julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano.

Após a mensuração das variáveis, verifica-se que o quantitativo de processos de conhecimento, no 1º grau de jurisdição, que receberam primeiro ou único julgamento (36.919), no ano de 2012, foi inferior ao número de processos ingressados no mesmo período (37.657), representando um percentual de 98% de processos julgados em relação à distribuição no mesmo período.

Dessa maneira, não ocorreu o alcance da meta estabelecida para este índice do PEJF, que fixava um percentual de 10% de processos que deveriam receber primeiro ou único julgamento maior do que o quantitativo de processos ingressados. Ou seja, para fins de cumprimento da meta, no exercício de 2012, 41.423 processos deveriam receber primeiro ou único julgamento.

Examinando o desempenho das Seccionais que compõem a JF5, observamos que, em números absolutos, apenas a JFRN conseguiu julgar um quantitativo de processos maior que os distribuídos no exercício de 2012, ensejando uma taxa de 113,8% de processos julgados em relação ao quantitativo de ingressados.

Entretanto, em termos proporcionais, em 2012, nota-se que a JFPE recebeu a maior distribuição no 1º Grau da JF5 (26,96%), bem como obteve o maior percentual de feitos da fase conhecimento que receberam primeiro ou único julgamento (27,43%).

6. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

No exercício de 2012, ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 1/2012, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

12 - Taxa de processos antigos julgados no 1º grau.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPAJ_{1^\circ} = \frac{NPAJ_{1^\circ}}{NPAD_{1^\circ}} \times 100$$

Onde:

TPAJ_{1º} = Taxa de processos antigos julgados no 1º grau;

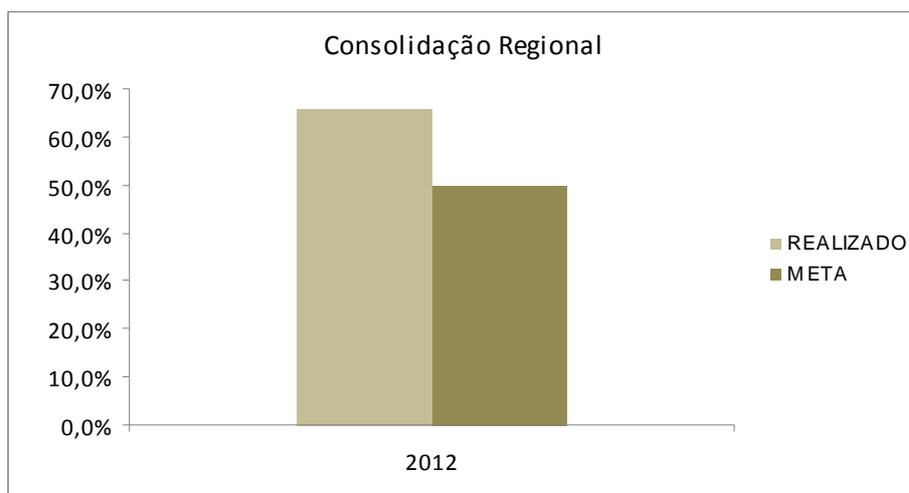
NPAJ_{1º} = Nº de processos antigos de 1º grau julgados;

NPAD_{1º} = Nº de processos antigos de 1º grau distribuídos.

1. Desempenho regional.

Período de coleta de dados	2012
	Acumulado jan/dez
Nº de processos antigos de 1º grau julgados	34.422
Nº de processos antigos de 1º grau distribuídos	52.358
REALIZADO	65,7%
META	50,0%
DESEMPENHO	131,5%
SEMÁFORO	

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

O índice revela o desempenho do 1º grau da JF5 para o alcance da Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2012.

Do quantitativo de 52.358 processos distribuídos em 2007, o 1º grau da JF5 julgou 34.422 processos até o final do exercício de 2012, representando um percentual de 65,7% processos julgados em relação aos ingressados em 2007, sendo um resultado acima da meta estabelecida (50%).

Assim, a meta restou cumprida, com desempenho, do 1º grau da JF5, de 131,50%.

Vale destacar que a meta fixada em 50% de processos julgados em relação ao quantitativo dos ingressados em 2012 foi estabelecida no Glossário e Esclarecimentos de 2012 das Metas Nacionais do Poder Judiciário, sendo acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

No exercício de 2012, ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 2/2012, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

13 - Taxa de congestionamento do 2º grau.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TC_{2^\circ} = 1 - \frac{TBaix_{2^\circ}}{(Cn_{2^\circ} + Cp_{2^\circ})}$$

Onde:

$TC_{2^{\circ}}$ = Taxa de congestionamento do 2º grau;

$TBaix_{2^{\circ}}$ = Total de processos judiciais baixados do 2º grau;

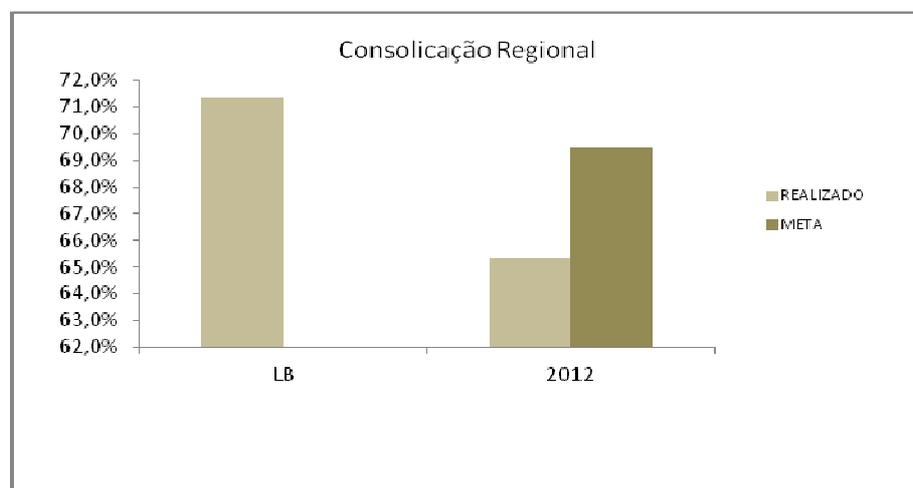
$Cn_{2^{\circ}}$ = Casos novos do 2º grau;

$Cp_{2^{\circ}}$ = Casos pendentes do 2º grau.

1. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012
		Acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados do 2º grau	39.608	42.145
Casos novos do 2º grau	36.699	35.351
Casos pendentes do 2º grau	101.543	86.139
REALIZADO	71,3%	65,3%
META		69,5%
DESEMPENHO		113,7%
SEMÁFORO		●

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

Em 2011, a $TCC_{2^{\circ}}$ alcançou o percentual de 71,3%, conforme verificado no resultado do índice realizado na linha de base (LB).

No ano de 2012, podemos inferir que a Justiça Federal de 2º Grau da 5ª Região conseguiu finalizar com agilidade uma parte de seu acervo de processos (número de casos novos ingressados no período acrescidos dos casos pendentes de baixa de anos anteriores), reduzindo, dessa maneira, sua taxa de congestionamento para 65,3%.

Note-se que o resultado obtido no índice, no presente exercício, é mais satisfatório quando comparamos à meta estabelecida (69,5%) e, inclusive, em relação à meta fixada para o final do período do planejamento estratégico (65,5%).

Vale destacar que quanto menor a taxa de congestionamento mais eficiente à atuação dos atores organizacionais, no cumprimento da meta vinculada ao objetivo estratégico.

Segundo a gestora responsável pela Secretaria Judiciária do TRF5, a meta estabelecida para o presente exercício não foi ousada, pois à época o tribunal estava no limite da sua capacidade de julgamento.

Além do mais, aduz a direção da Secretaria Judiciária que outras iniciativas impactaram o resultado do índice, entre as quais destaca:

- Os gabinetes dos desembargadores começaram a investir na gestão de seus acervos, estabelecendo metas para sua diminuição, além da priorização do julgamento de feitos mais antigos.
- As secretarias processantes (Subsecretaria do Plenário e as Divisões das Turmas), sob coordenação da Secretaria Judiciária, fixaram metas internas, quais sejam:
 - Trâmite dos processos sem ultrapassar mais de sessenta (60) dias;
 - Publicação dos acórdãos dentro do prazo previsto na meta 4/2010;
 - Aperfeiçoamento do fluxo trabalho, em cada Secretaria;
 - Limite máximo de dois mil (2.000) processos tramitando, por Turma.
 - Quantitativo de processos baixados superando os ingressados.

Em conformidade com a metodologia de Planejamento e Gestão da Estratégia da Justiça Federal, em especial em relação à etapa “Gerenciar a Estratégia”, a direção da Secretaria Judiciária do TRF5, ciente dos ajustes necessários nas metas da TCC₂₉, opina por uma taxa de 45% para o ano de 2013 e de 38% para o exercício de 2014.

Saliente-se que o opinativo da Direção da Secretaria Judiciária foi referendado pelo Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio passado, ficando conforme quadros abaixo:

METAS TC _{2º} RESOLUÇÃO Nº 194-CJF		METAS TC _{2º} COMITÊ INSTITUCIONAL	
2013	67,5%	2013	45%
2014	65,5%	2014	38%

Por fim, conforme apontado na reunião de análise da estratégia é necessário encaminhar ao Departamento de Pesquisas Judiciárias, do Conselho Nacional de Justiça, sugestão de aperfeiçoamento do indicador no sentido de retirar da variável Cp_{2º} (Casos pendentes do 2º grau) os processos sobrestados no Tribunal em virtude da apreciação pelos Tribunais Superiores dos processos relativos à Repercussão Geral e os Recursos Repetitivos.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. Trata-se de indicador recepcionado do Sistema “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça, com coletas semestrais.

14 - Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPC2^{\circ} J = \left[\left(\frac{NPPUJ}{NPND} \right) - 1 \right] \times 100$$

Onde:

TPC2ºJ = Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano;

NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento;

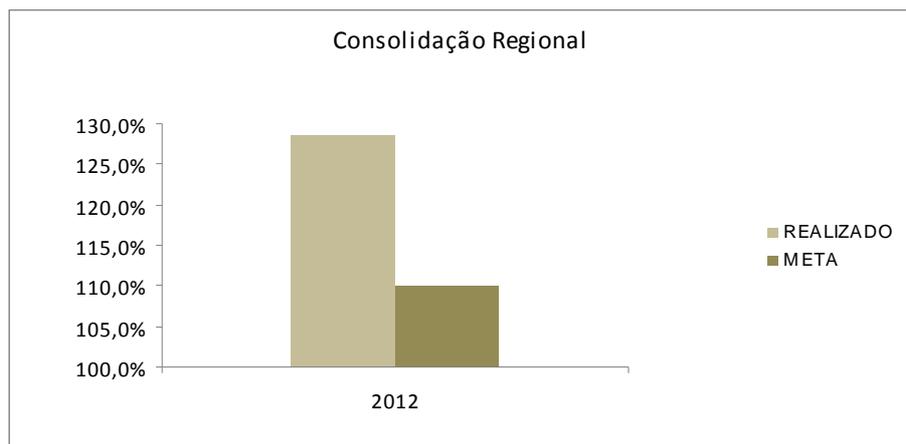
NPND = Número de processos novos distribuídos.

1. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012
	Acumulado jan/dez
Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento	44.797
Número de processos novos distribuídos	34.880

REALIZADO	128,4%
META	110,0%
DESEMPENHO	116,8%
SEMÁFORO	●

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

O índice pretende mensurar no 2º grau a relação percentual entre a quantidade de processos de conhecimento que receberam primeiro ou único julgamento e o quantitativo de processos distribuídos no ano, enfatizando a redução do estoque de processos.

O caso em exame diz respeito à meta 1/2012, acompanhada pelo CNJ, cuja descrição é julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.

Após a coleta das variáveis, verifica-se que o quantitativo de processos de conhecimento, no 2º grau de jurisdição, que receberam primeiro ou único julgamento (44.797), no ano de 2012, foi superior ao número de processos ingressados no mesmo período (34.880).

Dessa maneira, a meta estabelecida para este índice do PEJF, fixada em um percentual de 10% de processos que deveriam receber primeiro ou único julgamento maior do que o quantitativo de processos ingressados, foi superada, alcançando um desempenho de 116,8%.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

No exercício de 2012, ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 1/2012, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

15 - Taxa de processos antigos julgados no 2º grau.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPAJ_{2^{\circ}} = \frac{NPAJ_{2^{\circ}}}{NPAD_{2^{\circ}}} \times 100$$

Onde:

$TPAJ_{2^{\circ}}$ = Taxa de processos antigos julgados no 2º grau;

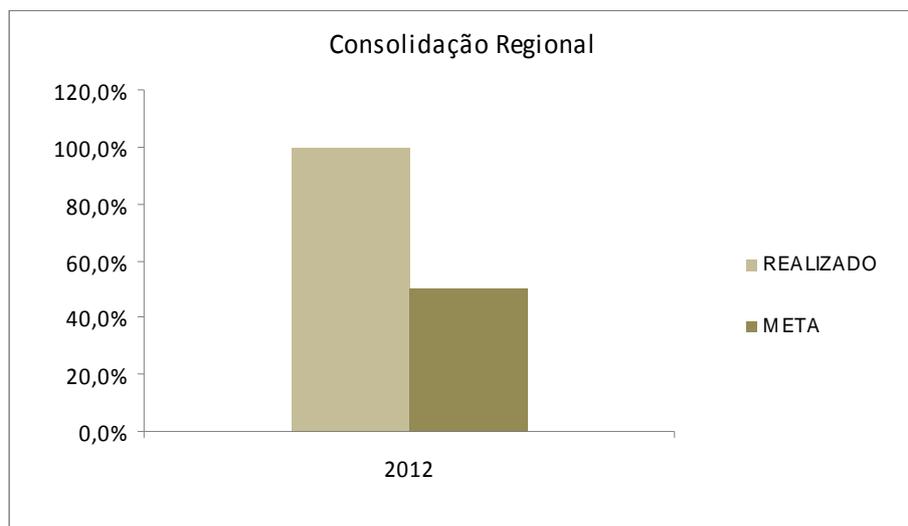
$NPAJ_{2^{\circ}}$ = Nº de processos antigos de 2º grau julgados;

$NPAD_{2^{\circ}}$ = Nº de processos antigos de 2º grau distribuídos.

1. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012
	Acumulado jan/dez
Nº de processos antigos de 2º grau julgados	48.390
Nº de processos antigos de 2º grau distribuídos	48.417
REALIZADO	99,9%
META	50,0%
DESEMPENHO	199,9%
SEMÁFORO	●

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

O índice revela o desempenho do 2º grau da JF5 para o alcance da Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2012.

Do quantitativo de 48.417 processos distribuídos em 2007, o 2º grau da JF5 julgou 48.390 processos até o final do exercício de 2012, restando apenas o julgamento de 27 processos distribuídos em 2007 para o alcance de 100% de processos julgados em relação aos ingressados em 2007, representando um percentual de julgamento de 99,9%.

Assim, a meta restou cumprida, com desempenho, do 2º grau da JF5, de 199,90%.

Vale destacar que a meta fixada em 50% de processos julgados em relação ao quantitativo dos ingressados em 2012 foi estabelecida no Glossário e Esclarecimentos de 2012, das Metas Nacionais do Poder Judiciário, sendo acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

No exercício de 2012, ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 2/2012, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

16 - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TCC_{JEF} = 1 - \frac{TBaixC_{JEF}}{(CnC_{JEF} + CpC_{JEF})}$$

Onde:

TCC_{JEF} = Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF;

TBaixC_{JEF} = Total de processos judiciais baixados de conhecimento do JEF;

CnC_{JEF} = Casos novos de conhecimento do JEF;

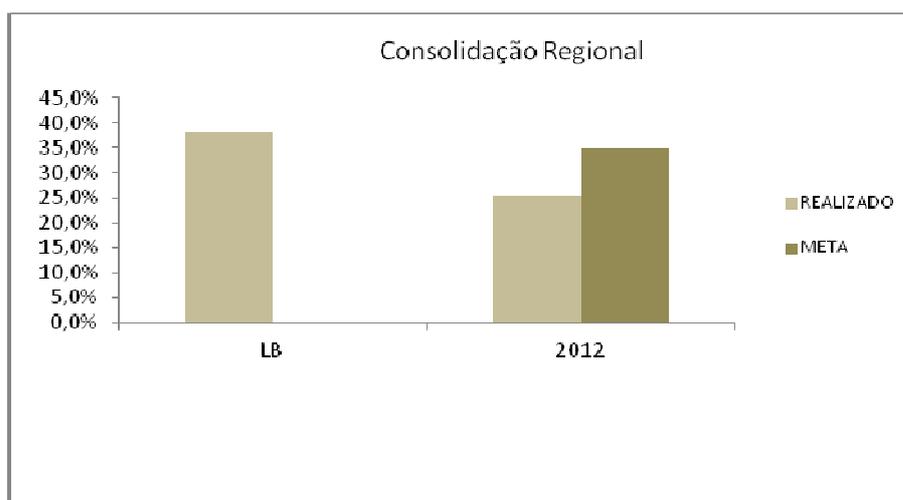
CpC_{JEF} = Casos pendentes de conhecimento do JEF.

1. Desempenho regional.

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012
		Acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados de conhecimento do JEF	232.113	258.671
Casos novos de conhecimento do JEF	260.747	239.406
Casos pendentes de conhecimento do JEF	114.783	106.706

REALIZADO	38,2%	25,3%
META		35,0%
DESEMPENHO		115,0%
SEMÁFORO		●

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

Em 2011, a TCC_{JEF} alcançou o percentual de 38,2%, conforme verificado no resultado do índice realizado na linha de base (LB).

No ano de 2012, podemos inferir que os JEFs da 5ª Região conseguiram finalizar com agilidade uma parte de seu acervo de processos (número de casos novos ingressados no período acrescidos dos casos pendentes de baixa de anos anteriores), reduzindo, dessa maneira, sua taxa de congestionamento para 25,3%.

Note-se que o resultado obtido no índice, no presente exercício, é mais satisfatório quando comparamos à meta fixada (35%) e, inclusive, em relação à meta a ser alcançada no último exercício do planejamento estratégico (30%).

Vale destacar que quanto menor a taxa de congestionamento mais eficiente à atuação dos atores organizacionais da instituição, no cumprimento da meta vinculada ao indicador do objetivo estratégico.

Em face do excelente desempenho alcançado na TCC_{JEF} (25,3%), no exercício de referência do presente relatório, o Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio passado, propôs que houvesse uma reflexão acurada

em relação às metas para os anos subsequentes, com o envolvimento, inclusive, dos magistrados que atuam nos Juizados Especiais da 5ª Região.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. Trata-se de indicador recepcionado do Sistema “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça, com coletas semestrais.

17 - Taxa de processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

Onde:

$$TPC_{JEF J} = \left[\left(\frac{NPPUJ}{NPND} \right) - 1 \right] \times 100$$

TPC_{JEF J} = Taxa de processos de conhecimento no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano;

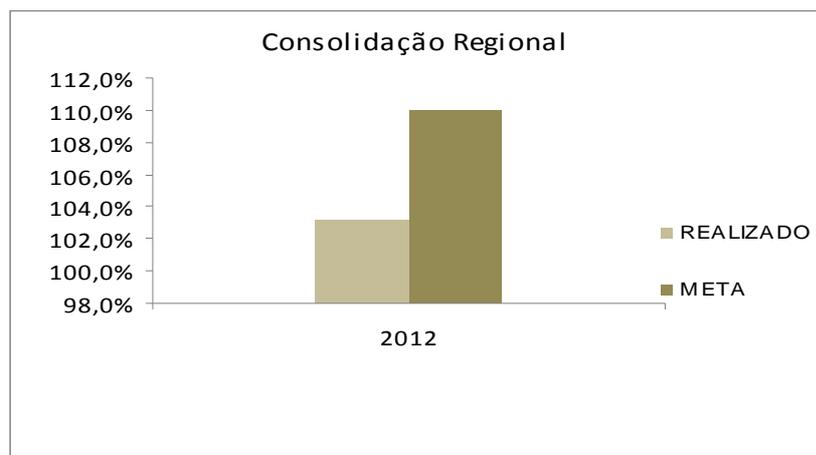
NPPUJ = Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento;

NPND = Número de processos novos distribuídos.

1. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012
	Acumulado jan/dez
Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento	247.233
Número de processos novos distribuídos	239.752
REALIZADO	103,1%
META	110,0%
DESEMPENHO	93,7%
SEMÁFORO	

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

O índice pretende mensurar, em relação aos Juizados Especiais Federais da 5ª Região, a comparação entre a quantidade de processos de conhecimento que receberam primeiro ou único julgamento e o quantitativo de processos distribuídos no ano, enfatizando a redução do estoque de processos.

O caso em exame diz respeito à meta 1/2012, acompanhada pelo CNJ, cuja descrição é julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.

Após a coleta das variáveis, verifica-se que o quantitativo de processos de conhecimento, nos JEFs da 5ª Região, que receberam primeiro ou único julgamento (247.233), no ano de 2012, foi superior ao número de processos ingressados no mesmo período (239.752).

Entretanto, a meta estabelecida para este índice do PEJF, fixada em um percentual de 10% a mais de processos que deveriam receber primeiro ou único julgamento do que o quantitativo de processos ingressados, não foi alcançada, pois o percentual a maior de processos julgados em relação aos distribuídos foi de 3,1%.

Enfim, vale salientar que, para fins de cumprimento da meta do PEJF, no exercício de 2012, 263.728 processos deveriam receber primeiro ou único julgamento.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

No exercício de 2012, ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 1/2012, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

18 - Taxa de processos antigos julgados no JEF.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPAJ_{JEF} = \frac{NPAJ_{JEF}}{NPAD_{JEF}} \times 100$$

Onde:

$TPAJ_{JEF}$ = Taxa de processos antigos julgados no JEF;

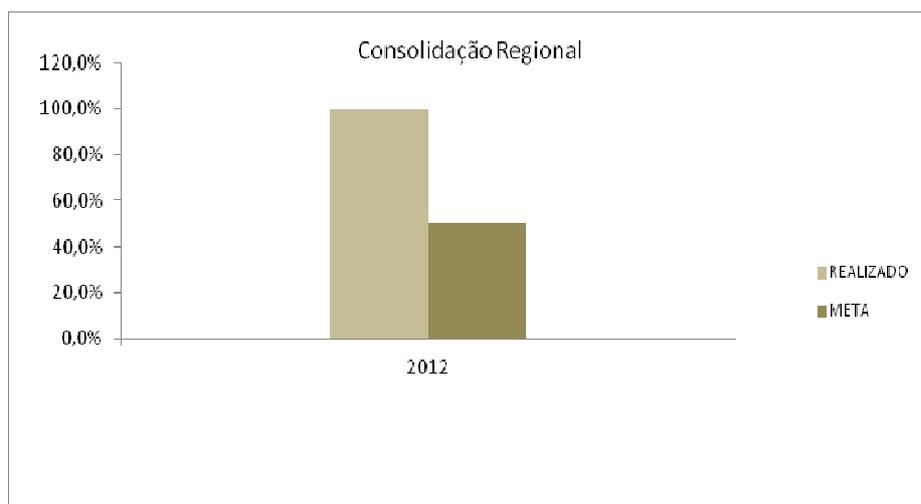
$NPAJ_{JEF}$ = Nº de processos antigos de JEF julgados;

$NPAD_{JEF}$ = Nº de processos antigos de JEF distribuídos.

1. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012
	Acumulado jan/dez
Nº de processos antigos de JEF julgados	585.182
Nº de processos antigos de JEF distribuídos	586.690
REALIZADO	99,7%
META	50,0%
DESEMPENHO	199,5%
SEMÁFORO	●

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

O índice retrata o desempenho dos juzgados especiais da JF5 no alcance da Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2012.

Do quantitativo de 586.690 processos distribuídos no período de 2007 a 2009, os JEFs da JF5 julgaram 585.182 processos até o final do exercício de 2012, restando apenas o julgamento de 1.508 processos distribuídos de 2007 a 2009 para o alcance de 100% de processos julgados em relação aos ingressados no intervalo de tempo fixado na meta, representando um percentual de julgamento de 99,7% dos ingressados.

Vale destacar que a meta fixada em 50% de processos julgados em relação ao quantitativo dos ingressados em 2012 foi estabelecida no Glossário e Esclarecimentos de 2012, das Metas Nacionais do Poder Judiciário, sendo acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Assim, a meta restou cumprida, com desempenho, dos JEFs da JF5, de 199,5%.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

No exercício de 2012, ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 2/2012, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

19 - Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos.

Fórmula de Cálculo do Indicador;

$$TAPA = \frac{NAPPP}{NAP} \times 100$$

Onde:

TAPA = Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos;

NAPPP = Número de acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias úteis;

NAP = Número de acórdãos a publicar.

1. Desempenho das TRs e do TRF5

		jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12
P4.1	TURMAS RECURSAIS	798	5.124	4.600	3.297	4.202	5.354	3.244	6.717	3.614	6.977	4.883	3.947
	TRIBUNAL	3.451	4.641	6.099	4.636	6.384	4.375	5.162	5.234	4.928	5.454	4.514	3.860
P4.2	TURMAS RECURSAIS	797	5.120	4.588	3.237	4.189	5.143	3.200	6.675	3.613	6.497	4.879	3.937
	TRIBUNAL	3.315	4.382	5.663	4.515	5.982	4.328	4.839	5.055	4.568	5.327	4.363	3.859

Sendo:

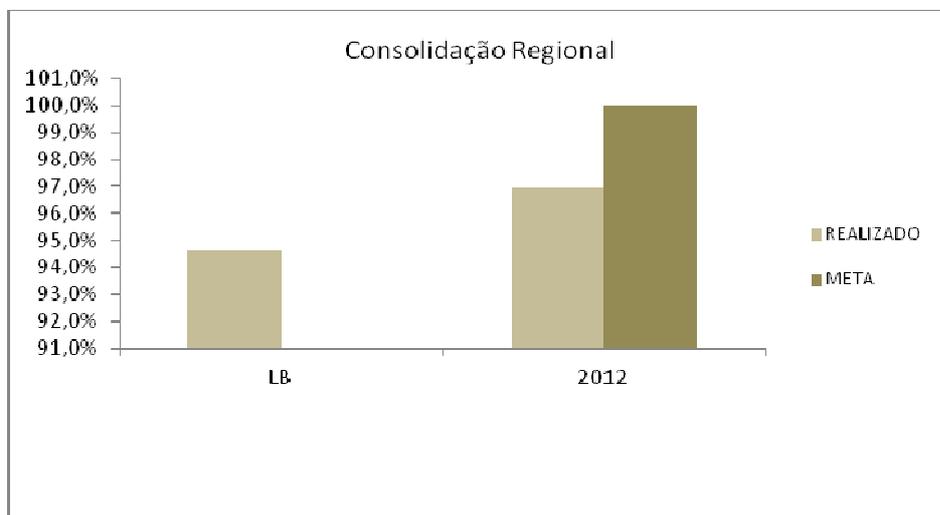
P4.1 - Número total de decisões colegiadas (acórdãos) no mês de referência

P4.2 - Número total de decisões colegiadas (acórdãos) publicadas (primeira ou única publicação) em até 10 (dez) dias após a data da sessão de julgamento ocorrida no mês de referência

2. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012
		Acumulado jan/dez
Número de acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias úteis	123.925	108.071
Número de acórdãos a publicar	130.962	111.495
REALIZADO	94,6%	96,9%
META		100,0%
DESEMPENHO		96,9%
SEMÁFORO		●

3. Gráfico da consolidação regional.



4. Análise do resultado do indicador.

Trata-se de indicador que expressa também o desempenho da JF5 no alcance da Meta Prioritária 4/2010.

Apesar de haver atingido o grau de cumprimento da meta nacional do Poder Judiciário no ano de 2012, a JF5 não alcançou a meta vinculada ao indicador do objetivo estratégico do PEJF (100%).

Os dados demonstram que houve um esforço enorme para agilização da publicação dos acórdãos dentro do prazo padrão estabelecido na meta, pois, de um quantitativo de 111.495 acórdãos aptos a publicar, foram efetivamente publicados, no prazo de até 10 dias úteis, 108.071 acórdãos, representando um percentual médio anual de 96,9% de acórdãos publicados no prazo da meta.

A direção da Secretaria Judiciária ressalta, por oportuno, que a publicação de acórdãos no prazo estabelecido na meta garante aos jurisdicionados a efetividade das decisões judiciais e, inclusive, em relação ao 2º Grau, diminui o tempo de permanência dos processos no Tribunal.

O Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio do corrente ano propõe que seja ajustada a meta do indicador 19, visando exprimir o grau de cumprimento da meta 4/2010, acompanhada pelo CNJ, cujo critério considera que as instâncias colegiadas devem publicar pelo menos **90%** dos acórdãos, em até dez (10) dias úteis após a sessão de julgamento.

5. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

No exercício de 2012, ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 4/2010, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

Análise do objetivo:

A iniciativa local/regional “Projeto Judicial Eletrônico (Pje)” é a contribuição da Justiça Federal da 5ª Região encaminhada a AGE Nacional para constar no Portfólio de Projetos Estratégicos alinhada ao objetivo em exame, tendo sido alçada a Projeto Nacional com coordenação do CJF, sendo bastante significativo para o alcance da agilização dos trâmites judiciais.

O objetivo estratégico em exame encontra-se atualmente com semáforo verde, pois há 03 (três) indicadores associados com medição satisfatória (100%), sendo que 07 (sete) índices apresentam metas alcançadas com resultados acima de 100% (Indicadores 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 18).

Objetivo estratégico: Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.

Descrição do objetivo: Garantir a otimização dos processos de trabalho visando à melhoria contínua dos trâmites judiciais das turmas recursais, regionais de uniformização e a turma nacional de uniformização, por meio da implantação e disseminação de boas práticas de gestão, propiciando a celeridade, qualidade e transparência da prestação jurisdicional.

Indicadores:

20 - Taxa de congestionamento na turma recursal.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TC_{TR} = 1 - \left(\frac{TBaix_{TR}}{(Cn_{TR} + Cp_{TR})} \right)$$

Onde:

TC_{TR} = Taxa de congestionamento na TR;

$TBaix_{TR}$ = Total de processos judiciais baixados na TR;

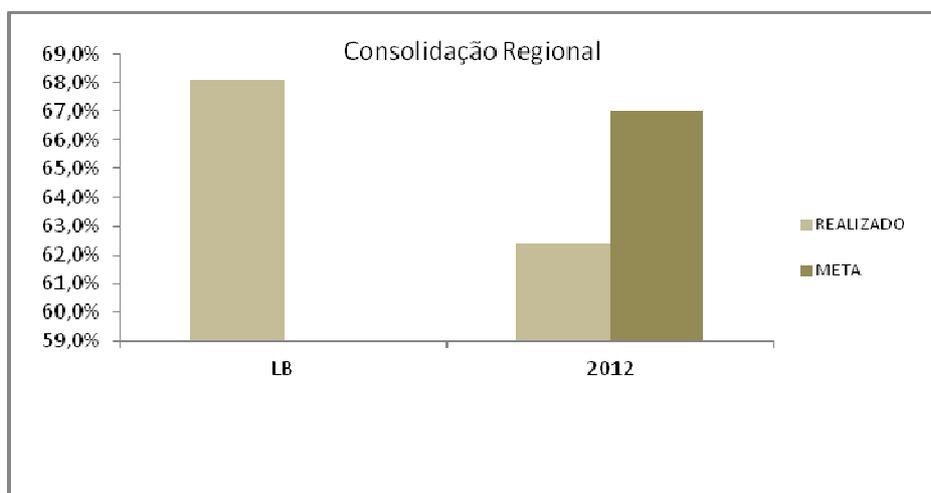
Cn_{TR} = Casos novos na TR;

Cp_{TR} = Casos pendentes na TR.

1. Desempenho Regional (JF5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012
		Acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados na TR	57.253	79.558
Casos novos na TR	73.637	79.072
Casos pendentes na TR	105.651	132.239
REALIZADO	68,1%	62,4%
META		67,0%
DESEMPENHO		114,1%
SEMÁFORO		●

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

Em 2011, a TCC_{TR} alcançou o percentual de 68,1%, conforme verificado no resultado do índice realizado na linha de base (LB).

No ano de 2012, podemos inferir que os TRs da 5ª Região conseguiram finalizar com agilidade uma parte de seu acervo de processos (número de casos novos ingressados no período acrescidos dos casos pendentes de baixa de anos anteriores), reduzindo, dessa maneira, sua taxa de congestionamento para 62,4%.

Note-se que o resultado obtido no índice, no presente exercício, é mais satisfatório, quando comparamos à meta fixada (67%) e, inclusive, em relação à meta a ser alcançada no último exercício do planejamento estratégico (65%).

Vale destacar que quanto menor a taxa de congestionamento mais eficiente à atuação dos atores organizacionais da instituição, no cumprimento da meta vinculada ao indicador do objetivo estratégico.

Em face do desempenho alcançado na TCC_{TR} (62,4%), no exercício de referência do presente relatório, seria necessário ajustar as metas dos anos de 2013 e 2014, em conformidade com a metodologia de Planejamento e Gestão da Estratégia da Justiça Federal.

Assim sendo, o Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio do corrente ano, propõe que seja adotada uma reflexão acurada, inclusive com o envolvimento dos Juízes Federais com atuação nas Turmas Recursais, objetivando a proposição das metas para os anos subseqüentes.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. Trata-se de indicador recepcionado do Sistema “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça, com coletas semestrais.

21 - Taxa de processos antigos julgados na turma recursal.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPAJ_{TR} = \frac{NPAJ_{TR}}{NPAD_{TR}} \times 100$$

Onde:

$TPAJ_{TR}$ = Taxa de processos antigos julgados na TR;

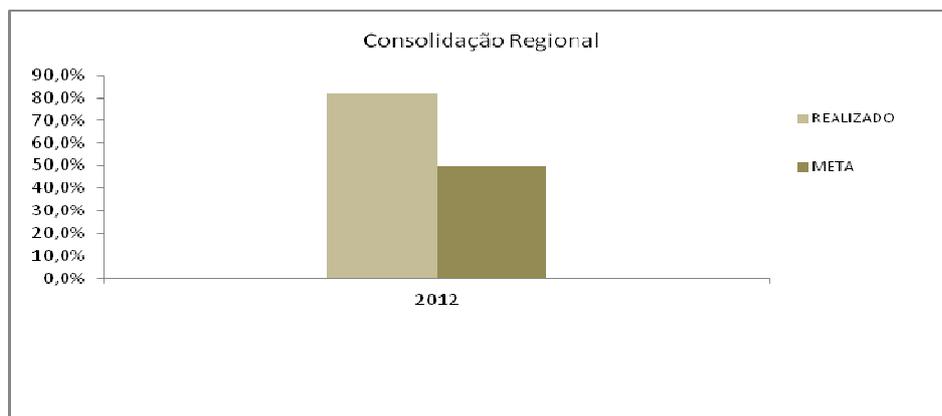
$NPAJ_{TR}$ = Nº de processos antigos da TR julgados;

$NPAD_{TR}$ = Nº de processos antigos da TR distribuídos.

1. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012
	Acumulado jan/dez
Nº de processos antigos da TR julgados	129.983
Nº de processos antigos da TR distribuídos	158.717
REALIZADO	81,9%
META	50,0%
DESEMPENHO	163,8%
SEMÁFORO	●

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

O índice retrata o desempenho das Turmas Recursais da JF5 para o alcance da Meta Nacional do Poder Judiciário nº 2/2012.

Do quantitativo de 158.717 processos distribuídos no período de 2007 a 2009, as TRs da JF5 julgaram 129.983 processos até o final do exercício de 2012, representando um percentual de 81,9% de processos antigos julgados em relação aos ingressados no período base.

Vale destacar que a meta fixada em 50% de processos julgados em relação ao quantitativo dos ingressados em 2012 foi estabelecida no Glossário e Esclarecimentos de 2012, das Metas Nacionais do Poder Judiciário, sendo acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Assim, a meta restou cumprida, com desempenho, das TRs da JF5, de 163,8%.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

No exercício de 2012, ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 2/2012, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

22 - Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TC_{TRU} = 1 - \left(\frac{TBaix_{TRU}}{(Cn_{TRU} + Cp_{TRU})} \right)$$

Onde:

TC_{TRU} = Taxa de congestionamento nas TRUs;

$TBaix_{TRU}$ = Total de processos judiciais baixados nas TRUs;

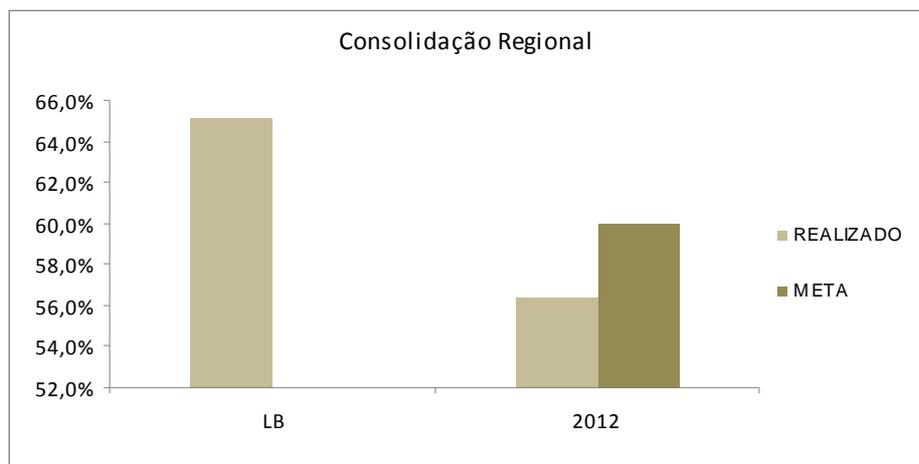
CN_{TRU} = Casos novos nas TRUs;

CP_{TRU} = Casos pendentes nas TRUs.

1. Desempenho regional (JR5).

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012
		Acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados nas TRUs	23	17
Casos novos nas TRUs	41	29
Casos pendentes nas TRUs	25	10
REALIZADO	65,2%	56,4%
META		60,0%
DESEMPENHO		109,0%
SEMÁFORO		

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

Em 2011, a TCTRU alcançou o percentual de 65,2%, consoante verificamos no desempenho realizado da linha de base (LB).

Após entrevista, a gestora da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais constatou que, no ano de 2012, a Turma Regional de Uniformização da 5ª Região conseguiu finalizar com agilidade uma parte de seu acervo de processos (número de casos novos ingressados no período acrescidos dos casos pendentes de baixa de anos anteriores), reduzindo, dessa maneira, sua taxa de congestionamento para 56,4%.

Note-se que o resultado obtido no índice, no presente exercício, é mais satisfatório, quando comparamos à meta fixada (60%).

Vale destacar que quanto menor a taxa de congestionamento mais eficiente à atuação dos atores organizacionais da instituição, no cumprimento da meta vinculada ao indicador do objetivo estratégico.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. Trata-se de indicador recepcionado do Sistema “Justiça em Números”, do Conselho Nacional de Justiça, com coletas semestrais.

23 - Taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização.

As informações das variáveis do índice serão coletadas pela AGE Nacional.

Análise do objetivo:

O PJe encontra-se implantado em todas as Seções Judiciárias da Justiça Federal da 5ª Região, bem como no Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

A obrigatoriedade da utilização do Processo Judicial eletrônico para a propositura e tramitação das ações cíveis (ordinárias, assim como seus incidentes processuais e ações conexas), nas varas sediadas nas capitais dos Estados da 5ª Região se deu em 2012.

Como consequência, em dezembro de 2012, na Seção Judiciária de Alagoas (SJAL), 66% dos processos foram distribuídos pelo PJe, contra 34% em meio físico. Outra Seccional que também teve um aumento significativo na utilização do PJe por parte dos advogados foi a do Rio Grande do Norte, com 63%.

Outrossim, os gestores de metas da Justiça Federal, em outubro de 2011, em reunião promovida pelo CNJ para definição das Metas para o Poder Judiciário para 2012 e 2013, escolheram como meta específica do segmento Justiça Federal a meta 11, que trata da implantação da gestão por processos de trabalho nas Turmas Recursais. A meta ficou descrita da seguinte forma:

Para 2012: Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das turmas recursais.

Para 2013: Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das Turmas Recursais.

Nos meses de agosto e setembro de 2012, com o objetivo de capacitar os servidores das Turmas Recursais da 5ª Região em gestão de processos, de modo a contribuir para a implantação de método de gerenciamento de rotinas, em atendimento à meta 11 do CNJ, foi ministrado, no ambiente EAD da 5ª Região, o curso “Gestão de Processos aplicada ao judiciário”. O aludido treinamento capacitou, ao todo, 40 (quarenta) servidores, teve carga horária de 30 horas e ainda contou com a participação de integrantes das áreas de gestão estratégica regional e seccional e da Coordenação dos JEFs da 5ª Região.

A partir de outubro de 2012, sob a coordenação do CJF, elegeu-se, para início dos trabalhos, a rotina “Processar Recursos Inominados”.

Nesta Região as atividades foram desenvolvidas por representantes das Turmas Recursais de Pernambuco, do Ceará, da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 5ª Região, com o apoio técnico e metodológico da Seção de Gestão de Processos (unidade subordinada à SDI/TRF5) e com a supervisão bastante aproximada da Dra. Joana Carolina, representante da Gestora de Metas da 5ª Região.

Toda a documentação gerada foi enviada ao CJF dentro dos prazos estabelecidos. O Conselho consolidou todo material e disponibilizou para as regiões se manifestarem sobre o conteúdo do trabalho realizado. As contribuições desta região foram enviadas ao CJF e, no momento, aguarda-se a marcação de videoconferências/reuniões para que haja a deliberação conjunta entre o Conselho e os Tribunais acerca de tais contribuições, visando a consequente implantação do novo procedimento, em âmbito nacional.

Já no final do exercício de 2012 foram providos nas Turmas Recursais os 15 (quinze) cargos de Juízes criados pela Lei nº 12.665/2012, regulamentada pela Resolução nº 198/2012-CJF, o que poderá contribuir com a melhoria dos índices das TRs e, por consequência, para o alcance do objetivo estratégico.

Para 2013, dando sequência ao trabalho realizado em 2012, o gerenciamento de rotinas será implantado na integralidade das TRs da 5ª região.

O objetivo estratégico em exame encontra-se atualmente com semáforo vermelho, pois há 01 (um) indicador associado com medição abaixo das expectativas (abaixo de 70%), sendo que 02 (dois) índices apresentam metas alcançadas com resultados acima de 100% (Indicadores 20 e 21).

Objetivo estratégico: Promover a conciliação.

Descrição do objetivo: Aumentar o número de audiências de conciliação designadas anualmente, na busca da pacificação social e solução de litígios, promovendo a celeridade e a efetividade.

Indicador:

24 - Taxa de audiência de conciliação.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

Onde:

TAC = Taxa de audiências de conciliação;

NACA = Número de audiências de conciliação designadas no ano;

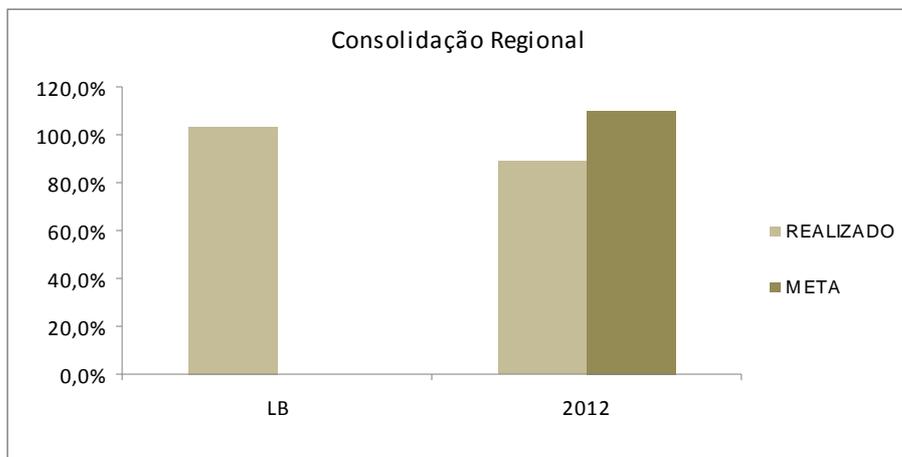
NACAA = Número de audiências de conciliação designadas no ano anterior.

$$TAC = \left[\left(\frac{NACA}{NACAA} \right) - 1 \right] \times 100$$

1 Desempenho regional (JF5)

Período de coleta de dados	LB (2011)	2012
Número de audiências de conciliação designadas no ano	139.886	124.230
Número de audiências de conciliação designadas no ano anterior	135.124	139.886
REALIZADO	103,5%	88,8%
META		110,0%
DESEMPENHO		80,7%
SEMÁFORO		

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

O indicador reflete a meta nacional do Poder Judiciário nº 10/2012 acompanhada pelo CNJ.

No ano de 2011, a JF5 alcançou um percentual de 103,5% audiências de conciliação designadas quando comparado com o exercício anterior (2010).

Quando nos debruçamos nos resultados obtidos, no ano de 2012, verificamos que a JF5 designou um quantitativo de 124.230 audiências de conciliação, sendo ineficiente em relação à superação em 10% da designação de audiências em relação ao ano de 2011 (139.886) e, dessa forma, não conseguiu alcançar a meta fixada para o índice vinculado ao objetivo estratégico do PEJF.

Enfim, para fins de cumprimento da meta, deveriam ter sido designadas, no exercício de 2012, 153.875 audiências de conciliação.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

No exercício de 2012, ocorreram ações de monitoramento das variáveis que compõem o índice. O indicador tinha relação com a meta 10/2012, do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

Análise do objetivo:

O objetivo estratégico em exame encontra-se atualmente com semáforo amarelo, pois o indicador a ele associado está com medição de 80%.

Objetivo estratégico: Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa.

Descrição do objetivo: Implementar metodologias e ferramentas de gestão e o monitoramento e controle dos processos de trabalho, de forma a garantir o aprimoramento da gestão judiciária e administrativa.

Processos de trabalho identificados como estratégicos no horizonte 2012 a 2014: Conciliação (Instrução); Turmas Recursais e Turmas Regionais e Nacional de Uniformização; Gestão da estratégia; Governança e operacional de TI (COBIT E ITIL); Supervisão (Orçamentária; Administrativa; Disciplinar; Fiscalização).

Indicador:

25 - Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TPEM = \frac{NPEM}{NPE} \times 100$$

Onde:

TPEM = Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal;

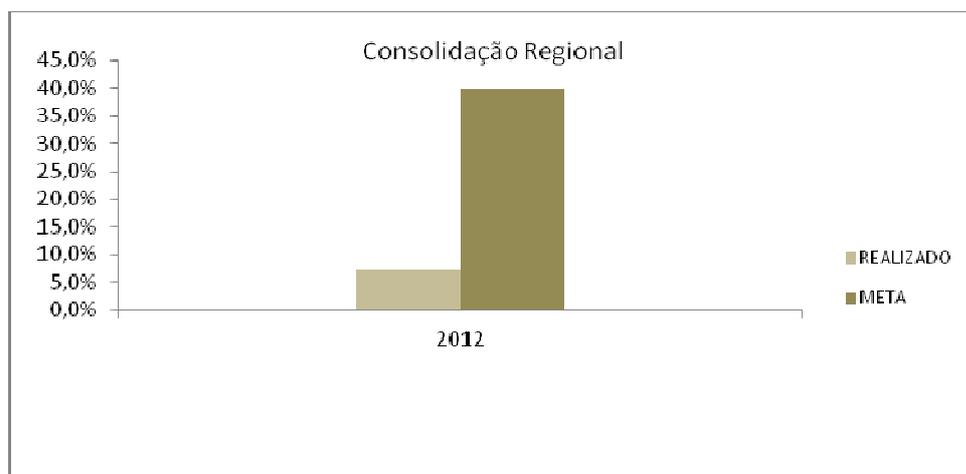
NPEM = Número de processos estratégicos monitorados;

NPE = Número de processos estratégicos.

1. Desempenho regional (JF5).

Período de coleta de dados	2012
	Acumulado jan/dez
Número de processos estratégicos monitorados	1
Número de processos estratégicos	14
REALIZADO	7,1%
META	40,0%
DESEMPENHO	17,9%
SEMÁFORO	

2. Gráfico da consolidação regional.



3. Análise do resultado do indicador.

Quando nos debruçamos nos resultados obtidos, no ano de 2012, verificamos que a JF implementou o monitoramento e controle em apenas 01 (um) dos 14 (quatorze) processos definidos como estratégicos, atingindo um singelo desempenho de 17,9%, ou seja, apenas 7,1% dos processos, sendo ineficiente em relação ao alcance da meta prevista para o exercício de 2012.

Em análise, entende-se que o insucesso na performance do indicador pode ser atribuído, principalmente, à tardia definição dos processos estratégicos, em virtude da conclusão dos trabalhos de revisão do Planejamento Estratégico da Justiça Federal – PEJF, aprovada pela Resolução nº 194/2012, do Conselho da Justiça Federal, unificando os planos estratégicos do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, haver ocorrido apenas no início do segundo semestre de 2012. Com isso, o único processo que se conseguiu trabalhar, já no segundo semestre, de forma sistêmica, foi a rotina “Processar Recursos Inominados”, das Turmas Recursais.

Entende-se que outros aspectos que podem ser acrescentados ao baixo desempenho do indicador estão relacionados com a estruturação das unidades de gerenciamento de processo, que ainda carecem de normatização e recursos (humanos e tecnológicos, essencialmente) para poderem atuar de forma minimamente aceitável, considerando suas atribuições.

4. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Com já descrito acima e por conta dos motivos já expostos, o único processo que se conseguiu trabalhar, a partir do segundo semestre de 2012, de forma sistêmica, a partir de roteiro de trabalho elaborado pelo CJF, foi a rotina “Processar Recursos Inominados”, das Turmas Recursais. Tal atividade também tinha relação com a meta 11/2012 do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, acompanhada pelo Conselho Nacional de Justiça, com coletas mensais de suas variáveis.

Além do citado roteiro de trabalho, consta, ainda, no portfólio de projetos estratégicos da Justiça Federal, o projeto “Implantar e monitorar os processos estratégicos: Governança e operacional de TI (COBIT E ITIL); Conciliação; Supervisão (Orçamentária, administrativa, disciplinar, fiscalização)”,

de âmbito nacional, sob a coordenação do CJF, que visa auxiliar no alcance das metas definidas para o indicador.

Análise do objetivo:

Entende-se que a efetiva operacionalização do projeto estratégico nacional “Implantar e monitorar os processos estratégicos: Governança e operacional de TI (COBIT E ITIL); Conciliação; Supervisão (Orçamentária, administrativa, disciplinar, fiscalização)”, sob a coordenação do CJF, aliada às ações para o cumprimento da meta 6 de 2013 (Implementar gestão por processos de trabalho - gerenciamento de rotinas - em 100% das Turmas Recursais), bem como a regulamentação e operacionalização do funcionamento dos escritórios de processos da JF poderão contribuir de forma bastante significativa para o aprimoramento do sistema de gestão judiciária e administrativa.

O objetivo estratégico em exame se encontra, atualmente, com semáforo vermelho, pois o indicador a ele associado está com medição insatisfatória, com seu desempenho abaixo dos 70%.

5. Perspectiva Recursos

Tema: Gestão de pessoas

Objetivo estratégico: Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia.

Descrição do objetivo: Promover o desenvolvimento das competências necessárias (específicas e gerenciais), por meio de avaliação sistemática e educação continuada, na busca da excelência das ações dos magistrados e servidores vinculadas aos processos estratégicos, observando os planos nacionais de capacitação e aperfeiçoamento para magistrados e servidores – PNA e PNC.

Indicadores:

26 - Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas.

O índice não foi mensurado, em face de dificuldades na coleta de dados de suas variáveis.

Atualmente, nova proposta está sendo analisada pelas unidades envolvidas na coleta de informações relacionadas às variáveis.

27 - Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas.

O índice não foi mensurado, em face de dificuldades na coleta de dados de suas variáveis.

Atualmente, nova proposta está sendo analisada pelas unidades envolvidas na coleta de informações relacionadas às variáveis.

Análise do objetivo:

As iniciativas local/regional “Implantação de uma base de educação à distância (EAD) para a JF5” e “Treinamento e desenvolvimento Funcional – TRF5” são as contribuições da Justiça Federal da 5ª Região encaminhadas a AGE Nacional para constar no Portfólio de Projetos Estratégicos alinhadas ao objetivo em exame.

Quanto a “Implantação de uma base de educação à distância (EAD) para a JF5”:

- Pelo fato do TRF5 não possuir no seu quadro funcional, pessoal com a capacitação necessária para fazer a administração técnica do Moodle, torna-se fundamental a contratação de empresa especializada para a realização dessa prestação de serviço. Nesse sentido, foi elaborado pelo NDRH e enviado a Seção de Tecnologia da Informação o esboço do Termo de Referência.
- Em 2012 houve capacitação para formação de tutores no qual participaram servidores e magistrados, visando criar o Banco de Tutores da 5ª Região.

Objetivo estratégico: Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores.

Descrição do objetivo: Fortalecer o grau de satisfação no ambiente de trabalho, contribuindo para o bem-estar dos magistrados e servidores, por meio da otimização da estrutura organizacional, de mecanismos que melhorem o bem-estar organizacional, da política de gestão de pessoas e das relações sócio-profissionais.

Indicadores:

28 - Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos magistrados.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TACOFM = \left(\frac{NAFA}{NAA} \right) \times 100$$

Onde:

TACOF = Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos magistrados;

NAFA = Número de assertivas com índice de favorabilidade atingido;

NAA = Número de assertivas avaliadas.

1. Desempenho Regional (JF5)

	TRF 5	SJAL	SJSE	SJPE	SJPB	SJCE	SJRN	Consolidado 5ª Região
REALIZADO	-	70%	28%	54%	46%	72%	61%	65%
META	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
DESEMPENHO	-	126,5%	51,4%	98,8%	83,0%	130,4%	110,7%	118,6%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●	●	●

2. Análise do resultado do indicador.

O resultado do índice foi obtido através da aplicação de instrumento de pesquisa institucional de investigação sobre o clima organizacional na Justiça Federal, medindo a satisfação em relação às seguintes variáveis que compõem o clima organizacional: Trabalho em equipe, liderança, conhecimento do órgão, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação.

O resultado consolidado, 65% de assertivas consideradas favoráveis, revela que os magistrados da JF5 estão satisfeitos com o clima organizacional.

3. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Os Relatórios de Pesquisa de Clima Organizacional de Magistrados e Servidores foram encaminhados às Seccionais da 5ª Região, com sugestões de divulgação dos resultados apresentados na pesquisa, bem como a elaboração de plano de ação, objetivando mitigar os pontos negativos, em caso de necessidade.

O Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio do corrente ano, discutiu as ações já implementadas em relação ao indicador, bem como sobre aquelas pendentes de implementação.

29 - Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos servidores.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TACOFS = \left(\frac{NAFA}{NAA} \right) \times 100$$

Onde:

TACOFS= Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos servidores;

NAFA = Número de assertivas com índice de favorabilidade atingido;

NAA = Número de assertivas avaliadas.

1. Desempenho Regional (JF5)

	TRF 5	SJAL	SJSE	SJPE	SJPB	SJCE	SJRN	Consolidado 5ª Região
REALIZADO	86%	88%	23%	73%	86%	95%	80%	89%
META	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
DESEMPENHO	157,0%	159,8%	41,3%	132,2%	157,0%	173,6%	146,0%	162,5%
SEMÁFORO								

2. Análise do resultado do indicador.

O resultado do índice foi obtido através da aplicação de instrumento de pesquisa institucional de investigação sobre o clima organizacional na Justiça Federal, medindo a satisfação em relação às seguintes variáveis que compõem o clima organizacional: Trabalho em equipe, liderança, conhecimento do órgão, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação.

O resultado consolidado, 89% de assertivas consideradas favoráveis, revela que os servidores estão satisfeitos com o clima organizacional da JF5.

3. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Os Relatórios de Pesquisa de Clima Organizacional de Magistrados e Servidores foram encaminhados as Seccionais da 5ª Região, com sugestões de divulgação dos resultados apresentados na pesquisa, bem como a elaboração de plano de ação, objetivando mitigar os pontos negativos, em caso de necessidade.

O Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio do corrente ano, discutiu as ações já implementadas em relação ao indicador, bem como sobre aquelas pendentes de implementação.

Análise do objetivo:

O objetivo estratégico em exame se encontra, atualmente, com semáforo azul, pois os indicadores a ele associado estão com medições acima das expectativas, com desempenhos, consolidados em relação à 5ª Região, de 65% (Magistrados) e 89% (Servidores).

Ao se verificar os desempenhos de forma analítica, percebemos que, possivelmente, a Justiça Federal de Sergipe, em relação a magistrados e servidores, necessita implementar ações, no sentido de mitigar os pontos negativos expressos em sua pesquisa de clima, assim também a Justiça Federal da Paraíba, tão-somente em relação a magistrados.

Tema: Infraestrutura e TI

Objetivo estratégico: Garantir soluções tecnológicas efetivas.

Descrição do objetivo: Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação, adequando-os e promovendo a integração entre os órgãos da Justiça Federal, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho e a segurança da informação (integridade, confidencialidade e disponibilidade de serviços), garantindo a convergência tecnológica.

Indicador:

30 - Taxa de soluções de TI consideradas satisfatórias pelos clientes internos da Justiça Federal (5ª Região).

Fórmula de Cálculo do Indicador:

Onde:

TSTIS = Taxa de soluções de TI consideradas satisfatórias pelos clientes internos da Justiça Federal;

$$TSTIS = \frac{NSTIF}{NSTIA} \times 100$$

NSTIF = Número de soluções de TI com índice de favorabilidade atingido;

NSTIA = Total de soluções de TI avaliadas;

1. Desempenho Regional (JF5).

	TRF 5	SJAL	SJSE	SJPE	SJPB	SJCE	SJRN	Consolidação 5ª Região
REALIZADO	100%	100%	33%	100%	100%	100%	67%	100%
META	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
DESEMPENHO	181,8%	181,8%	60,0%	181,8%	181,8%	181,8%	121,2%	181,8%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●	●	●

2. Análise do resultado do indicador.

O resultado do índice foi obtido através da aplicação de instrumento de pesquisa de satisfação sobre o clima organizacional na Justiça Federal, especialmente em relação à percepção de magistrados e servidores da JF5 com os serviços prestados pelas áreas de tecnologia da informação.

O resultado consolidado revela um alto grau de magistrados e servidores satisfeitos com as soluções de TI da JF5.

3. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Em relação ao projeto estratégico, Implantação da Central de Serviços de TI, foram realizadas as seguintes atividades em 2012: mapeamento do processo de atendimento aos usuários de TI; análise e diagnóstico dos problemas com o atual serviço; levantamento de soluções existentes no mercado (análise dos termos de referência elaborados por outras organizações do mesmo porte do TRF5); estudo e criação de modelo aderente ao modelo adotado pela Justiça Federal para a contratação de bens e serviços de TI (MCTI/JF); reuniões com fornecedores para análise de viabilidade das soluções disponíveis no mercado local e nacional; realização da Análise de Viabilidade da Contratação; elaboração da estratégia da Contratação e realização da análise de Riscos.

O projeto está com o Termo de Referência elaborado, sendo submetido à Assessoria Especial da Presidência e Assessoria Jurídica da Secretaria Administrativa desta Corte, para início dos procedimentos licitatórios.

Quanto ao projeto estratégico Implantação de DataCenter seguro - TRF5, foram realizadas as atividades a seguir:

Sala de Contingência TEMPORÁRIA - Sala de Switches.

- Termo de Referência para aquisição de No-breaks (2 de 10KVa) já finalizado.
- Pedido de Autorização de Despesa já iniciado.
- Finalização da elaboração do edital de licitação pela Comissão Permanente de Licitação, a fim de ser enviado para análise da Assessoria da Presidência e posterior encaminhamento à Secretaria Administrativa para providenciar a instauração do procedimento licitatório.

Datacenter PRINCIPAL (Sala Cofre)

- Termo de Referência relacionado à infraestrutura necessária para adequação do ambiente de TI (climatização, elétrica, etc) pendente de revisão/finalização pela Subsecretaria de Infraestrutura e Administração Predial (SIAP) - TRF5.

Datacenter CONTINGÊNCIA (Sala Segura)

- Termo de Referência concluído (com base no projeto que foi contratado) e pendente de revisão (financeira) pelas partes envolvidas (Subsecretaria de Infraestrutura e Administração Predial/TRF5 e Divisão de Infraestrutura de TI/Subsecretaria de Tecnologia da Informação – TRF5).

Análise do objetivo:

As iniciativas local/regional “Implantação de DataCenter seguro - TRF5” e “Modernização da Central de Serviços de TI – TRF5” são as contribuições da Justiça Federal da 5ª Região encaminhadas a AGE Nacional para constar no Portfólio de Projetos Estratégicos alinhadas ao objetivo em exame.

O objetivo estratégico em exame se encontra, atualmente, com semáforo azul, pois os indicadores a ele associados estão com medições acima das expectativas, com desempenhos, consolidados em relação à 5ª Região, de 100%.

Ao se verificar os desempenhos de forma analítica, percebemos que, possivelmente, a Justiça Federal de Sergipe, em relação a magistrados e servidores, necessita implementar ações, no sentido de mitigar os pontos negativos expressos em sua pesquisa de clima.

Objetivo estratégico: Prover estrutura e meios de segurança adequados.

Descrição do objetivo: Disponibilizar, com economicidade, infraestrutura física considerando a ergonomia, a acessibilidade, os processos de trabalho, a estrutura e os desenhos organizacionais; sistemas e meios para garantir a segurança pessoal e predial, permitindo a execução das atividades da Justiça Federal de forma eficiente, eficaz, efetiva e segura.

Indicadores:

31.1 - Taxa de instalações físicas e meios de segurança considerados satisfatórios pelos magistrados.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TIFMSM = \frac{NIF}{NIA} \times 100$$

Onde:

TIFMSM = Taxa de satisfação dos magistrados com as instalações físicas;

NIF = Número de itens com respostas positivas;

NIA = Total de itens avaliados.

1. Desempenho Regional (JF5).

	TRF 5	SJAL	SJSE	SJPE	SJPB	SJCE	SJRN	Consolidado 5ª Região
REALIZADO		50%	25%	50%	75%	50%	75%	50%
META	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
DESEMPENHO		90,9%	45,5%	90,9%	136,4%	90,9%	136,4%	90,9%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●	●	●

2. Análise do resultado do indicador.

O resultado do índice foi obtido através da aplicação de instrumento de pesquisa institucional de investigação sobre o clima organizacional na Justiça Federal.

Em Relação a este índice, a pesquisa investigou a percepção dos magistrados em relação aos aspectos relacionados às instalações físicas e aos meios de segurança, considerando-se como meios de segurança todos os relativos à segurança pessoal, predial e da informação.

Os magistrados da JF5 consideraram as instalações físicas da JF5 muito satisfatórias, porém demonstraram enorme insatisfação com os meios de segurança.

3. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Os Relatórios de Pesquisa de Clima Organizacional de Magistrados e Servidores foram encaminhados as Seccionais da 5ª Região, com sugestões de divulgação dos resultados apresentados na pesquisa, bem como a elaboração de plano de ação, objetivando mitigar os pontos negativos, em caso de necessidade.

O Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio do corrente ano, discutiu as ações já implementadas em relação ao indicador, bem como sobre aquelas pendentes de implementação.

O Comitê Institucional da Seção Judiciária de Sergipe, em reunião de análise da estratégia realizada em 23 de maio do corrente ano propôs a contratação de empresa para execução de projeto de segurança do edifício-sede; contratação de empresa para elaboração de projeto de segurança das Subseções Judiciárias e da 5ª Vara Federal – JEF; e, finalmente, contratação de empresa para elaboração de projeto de reforma predial do edifício-sede, das Subseções Judiciárias e da 5ª Vara Federal – JEF, como forma de mitigar os pontos negativos relativos ao indicador.

31.2 - Taxa de instalações físicas e meios de segurança considerados satisfatórios pelos servidores.

Fórmula de Cálculo do Indicador:

$$TIFMSS = \frac{NIF}{NIA} \times 100$$

Onde:

TIFMSS = Taxa de satisfação dos servidores com as instalações físicas;

NIF = Número de itens com respostas positivas;

NIA = Total de itens avaliados.

1. Desempenho Regional (JF5).

	TRF 5	SJAL	SJSE	SJPE	SJPB	SJCE	SJRN	Consolidado 5ª Região
REALIZADO	100,0%	100,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%	50,0%	100,0%
META	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%	55%
DESEMPENHO	181,8%	181,8%	0,0%	181,8%	181,8%	181,8%	90,9%	181,8%
SEMÁFORO	●	●	●	●	●	●	●	●

2. Análise do resultado do indicador.

O resultado do índice foi obtido através da aplicação de instrumento de pesquisa institucional de investigação sobre o clima organizacional na Justiça Federal.

Em relação a este índice, a pesquisa investigou a percepção dos servidores em relação aos aspectos relacionados às instalações físicas e aos meios de segurança, considerando-se como meios de segurança todos os relativos à segurança pessoal, predial e da informação.

O resultado consolidado evidencia que os servidores estão muito satisfeitos com as instalações físicas da JF5.

3. Análise dos projetos relacionados ao indicador.

Os Relatórios de Pesquisa de Clima Organizacional de Magistrados e Servidores foram encaminhados as Seccionais da 5ª Região, com sugestões de divulgação dos resultados apresentados na pesquisa, bem como a elaboração de plano de ação, objetivando mitigar os pontos negativos, em caso de necessidade.

O Comitê Institucional, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em reunião de análise da estratégia ocorrida em 28 de maio do corrente ano, discutiu as ações já implementadas em relação ao indicador, bem como sobre aquelas pendentes de implementação.

O Comitê Institucional da Seção Judiciária de Sergipe, em reunião de análise da estratégia realizada em 23 de maio do corrente ano propôs a contratação de empresa para execução de projeto de segurança do edifício-sede; contratação de empresa para elaboração de projeto de segurança das Subseções Judiciárias e da 5ª Vara Federal – JEF; e, finalmente, contratação de empresa para elaboração de projeto de reforma predial do edifício-sede, das Subseções Judiciárias e da 5ª Vara Federal – JEF, como forma de mitigar os pontos negativos relativos ao indicador.

32 - Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade.

Encontra-se em andamento o diagnóstico, realizado pelo CJF, para identificar e priorizar as instalações que deverão ser reformadas para atender aos padrões de acessibilidade. Após diagnóstico será possível identificar o número de instalações a serem adequadas para em seguida começar a medição.

Análise do objetivo:

O objetivo estratégico em exame se encontra, atualmente, com semáforo verde, em relação a magistrados, e azul, quando relacionado a servidores. Os indicadores associados ao objetivo estratégico estão com desempenhos, consolidados em relação à 5ª Região, de 50% (magistrados), e de 100% (servidores).

Ao se verificar os desempenhos de forma analítica, percebemos que, possivelmente, a Justiça Federal de Sergipe, em relação a magistrados e servidores, necessita implementar ações, no sentido de mitigar os pontos negativos expressos em sua pesquisa de clima.

Além do mais, quando verificamos a pesquisa de clima de magistrados da 5ª Região, percebe-se que a segurança é o aspecto que impacta negativamente no resultado do indicador.

Tema: Orçamento

Objetivo estratégico: Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.

Descrição do objetivo: Garantir que haja recursos orçamentários, públicos ou não, suficientes vinculados à estratégia, de modo a garantir a sua execução de acordo com os objetivos e as metas estabelecidas no Mapa Estratégico.

Indicadores:

33 - Taxa de previsão orçamentária, destinada aos projetos estratégicos, garantida.

A unidade responsável pela coleta de dados das variáveis do índice informa que durante toda a tramitação da execução orçamentária (Pedido de autorização de despesa, licitação, empenho, liquidação e pagamento) não constam referências ao Planejamento Estratégico.

Apesar da existência formal do Planejamento Estratégico, ainda não se colocou em prática o acompanhamento da execução pelas unidades administrativas da JF5.

Diante do exposto, a Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade informa não dispor das informações solicitadas do indicador, haja vista que não há integração entre a execução orçamentária e o planejamento estratégico.

34 - Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado.

A unidade responsável pela coleta de dados das variáveis do índice informa que durante toda a tramitação da execução orçamentária (Pedido de autorização de despesa, licitação, empenho, liquidação e pagamento) não constam referências ao Planejamento Estratégico.

Apesar da existência formal do Planejamento Estratégico, ainda não se colocou em prática o acompanhamento da execução pelas unidades administrativas da JF5.

Diante do exposto, a Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade informa não dispor das informações solicitadas do indicador, haja vista que não há integração entre a execução orçamentária e o planejamento estratégico.

Análise do objetivo:

Em relação às ações empreendidas para execução do objetivo estratégico, foi realizada, no início de maio do corrente ano, reunião envolvendo a Diretoria-Geral, as Secretarias Judiciária e Administrativa, as Subsecretarias de Orçamento Finanças e Contabilidade, de Infraestrutura e Administração Predial, de Tecnologia da Informação, de Material e Patrimônio, de Apoio Especial e, finalmente, a Divisão de Desenvolvimento Institucional, tendo como finalidade proporcionar a integração entre a execução orçamentária e o planejamento estratégico, bem como a definição da

ordem de prioridades de dispêndio, conforme a dotação orçamentária disponível para o exercício de 2013.

Como resultado da reunião, a Subsecretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade elaborou um conjunto de planilhas, solicitando o preenchimento pelas unidades organizacionais da área administrativa do TRF5, contando, inclusive, com informações acerca da vinculação das despesas previstas com os projetos, objetivos, temas e perspectivas do Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

6. Painel de Desempenho de Indicadores - 5ª Região

PAINEL DE DESEMPENHO DE INDICADORES - 2012 - 5ª REGIÃO							
Missão: Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva. Visão: Consolidar-se, perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica até 2014.			Indicador Estratégico	Meta	Realizado	Desempenho	Semáforo
			1. Taxa de alcance das metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal	100%	Apuração pela AGE Nacional		
Perspectiva	Tema	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Meta	Realizado	Desempenho	Semáforo
Sociedade		Assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva	2. Taxa de satisfação do cliente (usuário/cidadão)	55%	N/A	N/A	●
Processos Internos	Alinhamento e integração	Assegurar a atuação sistêmica na Justiça Federal.	3. Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal	70% (2014)	Apuração em 2014		
			5. Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais	40%	Apuração pela AGE Nacional		
	Acesso à justiça	Facilitar o acesso à Justiça.	6. Taxa de implantação de varas	100%	100%	100%	●
			7. Taxa de nomeação dos cargos vagos de magistrados	100%	100%	100%	●
			8. Taxa de efetividade do acesso à Justiça	80% (2014)	Apuração em 2014		
	Eficiência operacional	Agilizar os trâmites judiciais.	9. Taxa de serviços judiciais definidos na carta de serviços da JF disponíveis via web	80% (2013)	Apuração em 2013		
10. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau			56%	43,30%	128,90%	●	

Processos Internos	Eficiência operacional	Agilizar os trâmites judiciais.	11. Taxa de processos no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	110%	98%	89,10%	●	
			12. Taxa de processos antigos julgados no 1º grau	50%	65,70%	131,50%	●	
			13. Taxa de congestionamento do 2º grau	69,5%	65,30%	113,70%	●	
			14. Taxa de processos de conhecimento no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	110%	128,40%	116,80%	●	
			15. Taxa de processos antigos julgados no 2º grau	50%	99,90%	199,90%	●	
			16. Taxa de congestionamento na fase de conhecimento do JEF	35%	25,30%	115,00%	●	
			17. Taxa de processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	110%	103,10%	93,70%	●	
			18. Taxa de processos antigos julgados no JEF	50%	99,70%	199,50%	●	
			19. Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos	100%	96,90%	96,90%	●	
			Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.	20. Taxa de congestionamento na turma recursal	67%	62,40%	114,10%	●
				21. Taxa de processos antigos julgados na turma recursal	50%	81,90%	163,80%	●
				22. Taxa de congestionamento nas turmas regionais de uniformização	60%	56,40%	109,00%	●

Processos Internos	Eficiência operacional	Aprimorar a estrutura e o funcionamento das turmas recursais.	23. Taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização	30%	Apuração pela AGE Nacional		
		Promover a conciliação.	24. Taxa de audiências de conciliação	110%	88,80%	80,70%	●
		Aprimorar o sistema de gestão judiciária e administrativa.	25. Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal	40%	7,10%	17,90%	●
Recursos	Gestão de pessoas	Desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia.	26. Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas	40%	Em revisão		
			27. Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas	40%	Em revisão		
		Fortalecer o clima organizacional e o bem-estar dos magistrados e servidores.	28. Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos magistrados	55%	65%	118,60%	●
	29. Taxa de assertivas do clima organizacional consideradas favoráveis pelos servidores		55%	89%	162,50%	●	
	Infraestrutura e TI	Garantir soluções tecnológicas efetivas.	30.1 Taxa de soluções de TI consideradas satisfatórias pelos clientes internos da Justiça Federal - Magistrados	55%	100%	181,80%	●
			30.2 Taxa de soluções de TI consideradas satisfatórias pelos clientes internos da Justiça Federal - Servidores	55%	100%	181,80%	●

Recursos	Infraestrutura e TI	Prover estrutura e meios de segurança adequados.	31.1 Taxa de instalações físicas e meios de segurança considerados satisfatórios pelos magistrados	55%	50%	90,90%	●
			31.2 Taxa de instalações físicas e meios de segurança considerados satisfatórios pelos servidores	55%	100%	181,80%	●
			32. Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade	50%	Em revisão		
	Orçamento	Assegurar recursos orçamentários e priorizar a sua execução na estratégia.	33. Taxa de previsão orçamentária, destinada aos projetos estratégicos, garantida	100%	Apuração pela AGE Nacional		
			34. Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado	100%	N/A	N/A	●

7. Caminho crítico - 5ª Região

Caminho crítico¹ é o conjunto de objetivos escolhidos para discussão na Reunião de Análise da Estratégia (RAE).



¹ Caminho crítico é o conjunto de objetivos escolhidos dentre aqueles que estão mais longe de alcançar suas metas ou que extrapolaram às metas previstas para o final do horizonte estratégico.

8. Considerações Finais

Após apreciação pelo Comitê Institucional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o relatório foi aprovado, e será encaminhado a Área de Gestão Estratégica Nacional (Secretaria de Desenvolvimento Institucional/Conselho a Justiça Federal).

Recife, 28 de maio de 2013.

João do Carmo Botelho Falcão

Diretor-Geral – TRF 5ª Região

Sorária Maria Rodrigues Sotero Caio

Diretora da Secretaria Administrativa
TRF 5ª Região

Telma Roberta Vasconcelos Mota

Diretora da Secretaria Judiciária – TRF 5ª Região

Fernanda Marques Montenegro

Diretora da Subsecretaria de Tecnologia da
Informação – TRF 5ª Região

Isabelle de Almeida Câmara

Diretora da Divisão de Comunicação Social – TRF 5ª
Região

Luiz Carlos Targino Dantas

Diretor da Divisão de Desenvolvimento Institucional
Diretoria-Geral – TRF 5ª Região

Geraldo Alves da Silva Júnior

Diretor do Núcleo de Planejamento Estratégico
Divisão de Desenvolvimento Institucional
Diretoria-Geral – TRF 5ª Região

Marcos José Claudino do Rêgo

Diretor do Núcleo de Planejamento e Informações
Gerenciais
Divisão de Desenvolvimento Institucional
Diretoria-Geral – TRF 5ª Região

Rosilene Maria de Moura Braz Diniz

Supervisora da Seção de Organização e
Normatização

Divisão de Desenvolvimento Institucional
Diretoria-Geral – TRF 5ª Região